

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

### **REQUERIMENTO N° \_\_\_\_, DE 2008 (Do Sr. Lobbe Neto)**

Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, e com representantes da SESU/MEC, INEP, ABMES, ABRAFI, ABRAFI.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos regimentais que, ouvido o Plenário, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Educação e Cultura para debater os novos instrumentos de avaliação e índices usados pelo Ministério da Educação, como o Conceito Preliminar de Curso – CPC e Índice Geral de Instituições – IGC. Solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades e especialistas:

- **Fernando Haddad**, Ministro de Estado da Educação;
- **Ronaldo Mota**, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU;
- **Reynaldo Fernandes**, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
- **José Janguiê Bezerra Diniz**, Presidente da Associação Brasileira das Faculdades Isoladas (ABRAFI);
- **Gabriel Mário Rodrigues**, Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES);
- **Hermes Ferreira Figueiredo**, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP)

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Ministério da Educação tem aplicado e divulgado na mídia novos mecanismos de avaliação e índices do Ensino Superior como o Conceito Preliminar de Curso – CPC e Índice Geral de Instituições – IGC. Tais mecanismos são relevantes no sentido de classificar a qualidade do ensino oferecido pelas Instituições de Ensino Superior de todo o País e, consequentemente, seu uso e difusão devem ser claros, representar a realidade e ser de fácil entendimento da sociedade.

É importante que a população conheça a realidade e tenha mecanismos seguros para conhecer a qualidade do ensino oferecido pelas Instituições de Ensino Superior que simbolizarão em sua maioria o futuro profissional dos alunos. É inquestionável a importância das avaliações para a qualidade do ensino. Mas é preciso esclarecer exatamente o que representa cada mecanismo novo que é criado com esse fim e sua legitimidade.

Assim, requeiro a realização dessa audiência pública a fim de esclarecer a essa Comissão sobre os novos mecanismos de avaliação usados pelo Ministério da Educação.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 2008.

**Deputado LOBBE NETO**

À Sua Excelência o Senhor

Deputado JOÃO MATOS

Presidente da Comissão de Educação e Cultura